



# Educar para planejar e planejar para educar: o caso da Região Trinacional do Iguazu

Cecilia Maria de Moraes Machado Angileli (Brasil)<sup>1</sup>

Solange Bonomo Assumpção (Brasil)<sup>1</sup>

Lila Patricia Voeffrey (Argentina)<sup>1</sup>

Thais Oliveira (Brasil)

Hel Graf (Brasil)<sup>1</sup>

## Introdução

As cidades interioranas e fronteiriças possuem particularidades que se manifestam desde o modo de vida das pessoas até as formas de produção, apropriação e planejamento de seus espaços. Neste texto, destacamos uma dessas particularidades, ou seja, a interferência de agentes líderes representantes do setor privado na elaboração de planos territoriais e algumas de suas consequências, como o comprometimento da ação (e reação) de gestores, gestoras, técnicos, técnicas e da própria população dessas localidades quanto ao entendimento de seu território e a participação no processo de escolhas mais sustentáveis, do ponto de vista social, econômico e ambiental, para os problemas a serem enfrentados.

Em razão do tamanho do universo de pesquisa, definimos a Região Trinacional (Brasil – Argentina – Paraguai) como locus de nossa investigação, pois, além de sermos moradoras desse espaço, há alguns anos, temos investido em estudos sobre esse território, a partir de diferentes ângulos (população, condições de moradia, renda, nível de escolarização, entre outros), e também desenvolvemos ações e projetos que, em maior ou menor medida, contribuem para melhorar as condições de vida das pessoas na Tríplice Fronteira<sup>2</sup>.

---

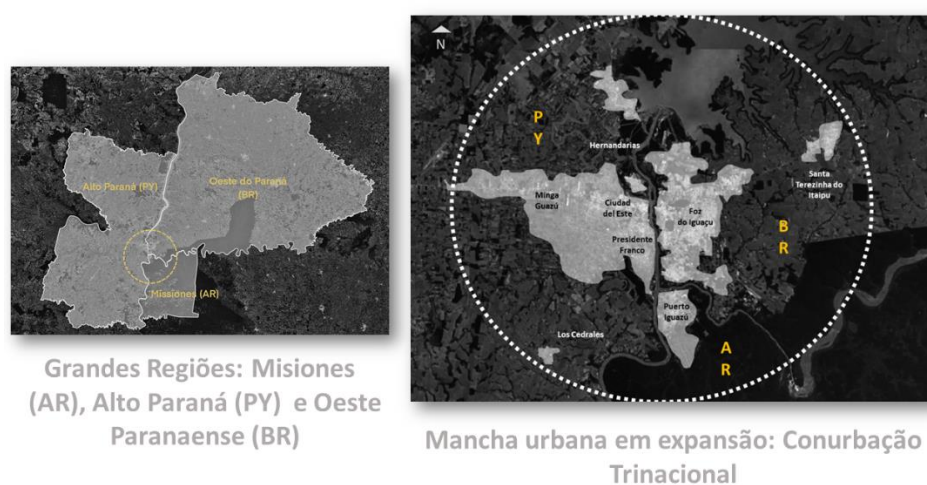
<sup>1</sup> Nossos agradecimentos à Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná pelo financiamento da pesquisa.

<sup>2</sup> Citamos como exemplos os projetos de extensão universitária *Escola Popular do Planejamento da Cidade* (UNILA) e *Universidade Popular Paulo Freire* (UNILA), assim como o curso de formação de *Defensores e Defensoras Populares* (UNILA, IFPR, Defensoria Pública do Estado do Paraná e Fundação Nosso Lar).



O núcleo central da Região Trinacional caracteriza-se pela conurbação de seis cidades dos três citados países: Foz do Iguazu, no Oeste do Estado do Paraná (Brasil), Puerto Iguazú, na Província de Misiones (Argentina), Ciudad del Este (Paraguai), Hernandarias (Paraguai), Presidente Franco (Paraguai) e Minga Guazú (Paraguai)<sup>3</sup>, estas últimas no Departamento de Alto Paraná, como se verifica na imagem seguinte.

Figura 1. Conurbação central da Região Trinacional



Fonte: Elaboração de Álvarez e Angileli (2022), a partir da base Google Earth.

Nesse recorte espacial ainda há a prática de doações de planos e estudos urbanos, projetos e obras ou mesmo de parcerias entre poder público e empresas, interferência esta que é comum às cidades caracterizadas como cidades-empresa<sup>4</sup>.

Essa situação torna-se um problema ao encontrar nos territórios interioranos e fronteiriços estruturas públicas frágeis do ponto de vista técnico, muitas vezes sem a estrutura necessária para a elaboração de planos e projetos, favorecendo a transferência das decisões de planejamento dessas cidades para o setor empresarial. Esse processo contribui para a atrofia da estrutura pública que se torna cada vez mais dependente de agentes externos, revelando uma das faces danosas da privatização da esfera pública, como destacam Angileli, outras autoras e outros autores (2021) em estudos já realizados:

<sup>3</sup> Estima-se que essa conurbação urbana trinacional poderá ser ampliada nos próximos anos, agregando cidades como Los Cedrales, no Paraguai, e Santa Terezinha de Itaipu, no Brasil, entre outras.

<sup>4</sup> O conceito cidade-empresa trabalhado neste texto tem como base a obra de Piquet (1998).



Esse cenário fomentado pela condição de cidade-empresa, mistura estruturas administrativas e interesses que nem sempre são públicos, gerando inúmeros problemas, com destaque para: i) a atrofia do corpo técnico existente nas prefeituras que passam a demandar soluções externas para diversos desafios das cidades, deixando de problematizar o seu próprio território; ii) o caráter de “doação”, de “benfeitoria” das soluções urbanas importadas, sem que haja a participação da população ou mesmo das instituições de Educação Superior que estudam os fenômenos da vida urbana e pesquisam soluções para as cidades, a partir de uma perspectiva crítica, sustentável e justa (ANGILELI; ASSUMPCÃO, 2021). Já que se trata de uma doação, sem custo para as cidades, paira o discurso de que nada há a reclamar, mas somente a agradecer, o que impede a promoção do debate crítico sobre os projetos e afins antes de sua concepção e implementação. Resta a avaliação crítica tardia, com poucos efeitos práticos (ANGILELI *et al.*, 2021).

Cabe, também, destaque à naturalização desses processos nas regiões interioranas, diferentemente do que ocorre nos grandes centros metropolitanos. Nessas regiões, o protagonismo do setor empresarial junto ao planejamento das cidades praticamente não encontra oposição, pois se promovem menos debates sobre as cidades e o seu planejamento e se consome mais planos prontos e produtos de consultorias, favorecendo relações históricas clientelistas entre as esferas pública e privada.

Isto posto, estabelecemos a seguinte formulação como questão norteadora de nosso estudo: que caminhos são possíveis trilhar para a atuação consciente de gestores, gestoras, técnicos, técnicas e a população de territórios interioranos fronteiriços, como é o caso da Região Trinacional do Iguaçu, quanto ao planejamento da vida na cidade, segundo uma perspectiva sustentável e pautada na justiça socioambiental?

Nossa hipótese é de que o rompimento com as políticas paroquiais anteriormente mencionadas, responsáveis por boa parte do desenho das cidades interioranas de pequeno e médio porte, incluindo as da Região Trinacional do Iguaçu, necessariamente passa por ações de educação para o planejamento territorial. Essa prática educacional desde a perspectiva local pode ser a chave para a construção de alternativas para cidades mais inclusivas e justas socioambientalmente e, também, para impor-se como um contraponto aos planos e projetos urbanos que se apresentam como mera reprodução de soluções pensadas para outros contextos territoriais, inspirados, quase sempre, em propostas viáveis para regiões metropolitanas (ANGILELI *et al.*, 2022b).



Se confirmada nossa suposição, os resultados obtidos podem inspirar agentes públicos e demais agentes do território em estudo a considerar diferentes formas de oferta educativa (formal e não formal) para a leitura crítica e a gestão participativa das cidades. Essa opção reitera a natureza inclusiva que deve nortear as ações no campo da Educação – em seu sentido mais amplo, como prática social<sup>5</sup> – e confere à Educação para o Planejamento Territorial (de todas as pessoas, para todas as pessoas e com todas as pessoas), nos termos deste capítulo, o *status* de movimento urgente e necessário para a equidade na promoção da qualidade de vida nas cidades.

Com o objetivo de colaborar com reflexões sobre a problemática ora apresentada, após a breve apresentação do percurso metodológico da presente pesquisa, abordaremos a realidade da Região Trinacional do Iguaçu quanto aos seguintes tópicos: i) desafios da terceirização do planejamento territorial na Região; ii) áreas consideradas focos de pressão socioambiental na Região e comumente negligenciadas no planejamento territorial; iii) projetos inspiradores e instâncias de educação para o planejamento territorial.

## **Escolhas metodológicas e técnicas de pesquisa empregadas na investigação realizada**

Neste estudo, adotamos o Social-construtivismo como quadro de referência pelo fato de nos apoiarmos na premissa de que a sociedade é uma produção humana (BERGER; LUCKMANN, 1973 *apud* GIL, 2008, p. 24) e o “[...] conhecimento é entendido como algo que não se encontra nem nas pessoas, nem fora delas, mas é construído progressivamente pelas interações estabelecidas” (GIL, 2008, p. 24).

Como pesquisa social aplicada, valendo-nos da metodologia científica, buscamos construir conhecimentos válidos sobre a realidade social<sup>6</sup>, delimitando um objeto de estudo – ou seja, a educação para o planejamento territorial –, cujo lócus de análise é a Região Trinacional do Iguaçu.

Na consecução deste estudo, de caráter exploratório (GIL, 2002)<sup>7</sup>, em primeiro lugar, realizamos uma pesquisa bibliográfica (MARCONI; LAKATOS, 2017) de trabalhos

---

<sup>5</sup> A esse respeito, vale a pena conferir a clássica obra de Brandão (2003).

<sup>6</sup> Como bem assevera Gil (2008, p. 27), realidade social “é entendida aqui em sentido bastante amplo, envolvendo todos os aspectos relativos ao homem em seus múltiplos relacionamentos com outros homens e instituições sociais”.

<sup>7</sup> De acordo com o autor (2002, p. 41), a pesquisa exploratória tem como objetivo principal “[...] o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições [...]. Embora o planejamento da pesquisa



publicados por autores e autoras de reconhecida importância no campo do Planejamento Territorial e no estudo de práticas de Planejamento Participativo. Na sequência, empreendemos uma pesquisa documental (GIL, 2008), priorizando planos, projetos, relatórios, normativas, entre outros materiais, relacionados ao planejamento de cidades da Região Trinacional do Iguazu. Como última ação, entre fevereiro e abril de 2022, realizamos entrevistas orientadas e conversas informais com pessoas de Puerto Iguazú, no intuito de conhecer sua percepção sobre os desafios da vida na cidade.

Sobre esse conjunto de materiais e informações, realizamos uma análise de conteúdo (BARDIN, 2016; MORAES, 1999)<sup>8</sup> como técnica de análise de dados qualitativos, adequada a pesquisas orientadas por uma abordagem qualitativa (FLICK, 2009; DENZIN; LINCOLN, 2006). Nossa análise foi orientada pelas seguintes categorias: processo de urbanização; agentes planejadores; agentes tomadores de decisão; desafios e soluções para a vida na cidade; impactos socioambientais.

Na terceira fase da investigação, realizou-se um mapeamento de projetos de educação para o planejamento territorial, a fim de oferecer um leque de *cases* instigadores (e não de mera reprodução) de novas pesquisas e futuros projetos de educação para o planejamento no território trinacional.

No fechamento do estudo, houve um esforço de síntese do trabalho realizado e de registro das conclusões possíveis, tendo em mente o propósito da pesquisa, a hipótese levantada e questões que emergiram no decorrer da investigação.

## Os desafios da terceirização do planejamento territorial na Região Trinacional do Iguazu

Diferentemente de cidades consideradas “centrais” – assim concebidas desde o ponto de vista geográfico até o de sua centralidade nas pesquisas de planejamento e

---

exploratória seja bastante flexível, na maioria dos casos assume a forma de pesquisa bibliográfica ou de estudo de caso”.

<sup>8</sup> Segundo Moraes (1999, s/p.), “[...] a análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum”. Ele esclarece que, mesmo que haja alguma variação entre os autores e as autoras sobre as etapas a serem percorridas, de modo geral, a sequência de trabalho atinente a essa metodologia inclui: i) a preparação das informações; ii) a transformação do conteúdo em unidades; iii) a classificação das unidades em categorias; iv) a descrição; v) a interpretação.

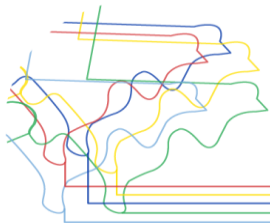




urbanismo –, as cidades interioranas são afetadas por ressonâncias tardias e parciais do que é debatido e desenvolvido fora de sua perspectiva e de sua realidade. Tardias por serem ideias apropriadas, muitas vezes, anos depois de suas primeiras apresentações no universo acadêmico e técnico; e parciais por não contemplarem conjuntamente as proposições e as leituras críticas a respeito de seus impactos, o que acaba por reproduzir soluções já superadas. É assim que no interior fronteiriço, nos últimos anos, em diferentes ocasiões, constata-se a contratação de consultorias, bem como a presença de investidores, empresários, espaços de inovação e pesquisa que não só apresentam, mas demarcam, a partir de modelos exógenos e pouco inovadores, estratégias de desenvolvimento para as cidades.

Essa conexão descompassada em relação às principais discussões globais também incide sobre a pauta da resiliência e da sustentabilidade nas cidades. Os debates centrais sobre as cidades no mundo confluem para os desafios da hiperurbanização e da explosão urbana, associados às mudanças climáticas e à incapacidade de resiliência de grande parte dessas áreas compostas, cada vez mais, por grandes bolsões de pobreza. Infelizmente, no caso do interior fronteiriço, a urbanização rápida, o alarmante aumento do número de pessoas em situação de pobreza ou de extrema pobreza e o aumento dos investimentos em alguns setores das cidades, sem planejamento adequado, são pouco debatidos, quando não discutidos, assim como as consequências desses fenômenos. Do ponto de vista do crescimento da pobreza, as consequências do crescimento desordenado quase sempre consubstanciam um número significativo de favelas e ocupações em áreas precárias e de risco. Já do ponto de vista do crescimento desordenado da riqueza, verifica-se a ampliação da segregação territorial, a partir do *sprawl* urbano (espraiamento urbano) de condomínios fechados e de luxo que avançam por áreas também de importância ambiental e de características rurais (ANGILELI *et al*, 2022a). Normalmente, a discussão dessas consequências, dentre outras possíveis, não é pauta no processo de elaboração de planos, o que acaba por reforçar a invisibilidade desse desenvolvimento desigual.

Essa situação associada à negligência de desafios locais e à valorização de soluções rápidas e de grande alcance, supervalorizadas por estratégias de *marketing* – como ocorre na Região em comento, assim como em outros contextos e em outras escalas territoriais –, convergem para a substituição de pautas básicas – como o ordenamento territorial, o saneamento, a habitação adequada, a mobilidade, entre outras – por projetos que potencializam a “vocação” das cidades, a exemplo do



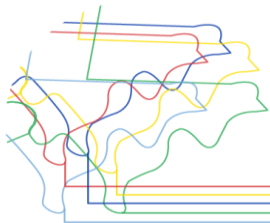
turismo, da logística, do comércio internacional ou mesmo da tecnologia e da inovação. Desse modo, o que se verifica é a regulação socioterritorial vinculada a determinados investimentos, o que pode representar a ampliação da ocupação de áreas frágeis do ponto de vista ambiental e social, quer seja pelo movimento de espraiamento urbano formal ou pelo informal. O espraiamento urbano formal decorre das estratégias de novos produtos imobiliários em áreas dispersas da estrutura urbana consolidada. Já o espraiamento urbano informal deriva das expulsões de famílias pobres desencadeadas, também, por projetos de investimento públicos e privados. Em qualquer um dos casos, o resultado desse movimento dá vazão a processos insustentáveis, inclusive para os gestores públicos e as gestoras públicas.

Esse cenário parece indicar que, de um lado, se as soluções no interior fronteiriço se apresentam muitas vezes ultrapassadas, de outro lado, os seus desafios territoriais são contemporâneos a outros contextos territoriais.

Vale destacar que, no caso brasileiro, não se pode desconsiderar os retrocessos no planejamento territorial advindos do processo de financeirização da economia e da definição do mercado imobiliário como um dos investimentos prioritários. A esse respeito, Maricato e Rossi (2021) confirmam o quanto esse processo potencializa a produção espacial pouco responsável da mancha urbana das cidades:

Enquanto havia um certo ambiente democrático na gestão das cidades (Prefeituras Democráticas e Populares dos anos 1990 e início de 2000), essa arrecadação era orientada para a diminuição da desigualdade urbana. Com a aprovação da Lei Federal 10.257 de 2001, Estatuto da Cidade, que regulamenta o capítulo da Política Urbana na Constituição de 1988, e dá ao Plano Diretor um protagonismo inédito definido, necessariamente, com participação democrática, grande parte de profissionais, estudiosos e lideranças sociais se lançaram na construção da utopia de cidades justas e sustentáveis por meio dos Planos Diretores. Com o avanço do neoliberalismo e da regressão da participação democrática capilar, o “negócio da cidade” se radicaliza. Planos Diretores e Leis de Uso e Ocupação do Solo passam a ser negociados entre o executivo municipal, o legislativo local e o mercado imobiliário, comprometendo, também, o investimento público que é indispensável para as chamadas operações urbanas (MARICATO; ROSSI, 2021, s/p.).

No contexto territorial abordado neste trabalho, a ausência de um planejamento territorial adequado às necessidades locais e com soluções atualizadas é comum nos três países. Não falamos, desse modo, da ausência de planos, o que nos daria espaço para organização e realização de soluções para o território, mas, sim, da presença de



planos orientados pelas demandas do capital, sendo necessário desconstruir essas soluções para, então, reconstruir, se possível, outras. Maricato, a esse respeito, sublinhando o caso brasileiro, assevera que o desafio dos territórios com planejamento inadequado ocorre, também, pelo desconhecimento de agentes líderes e da população sobre leis urbanas e planos.

Não é por falta de leis e planos que nossas cidades são como são. O arcabouço legal urbanístico brasileiro é muito avançado, em especial o Estatuto da Cidade, festejado no mundo todo. Por lei, os Planos Diretores deveriam ser, obrigatoriamente, participativos e democráticos, além de incorporar, necessariamente, as diretrizes orçamentárias. Mas nossa legislação não tem efetividade. Não raramente é desconhecida por parte do judiciário. O fato é que o Plano Diretor regula uma parte das cidades: a cidade formal ou a cidade do mercado (MARICATO; ROSSI, 2021, s/p.)

A esse planejamento não orientado para os interesses de toda a sociedade soma-se a concentração das decisões junto aos agentes líderes – públicos e privados –, sem participação efetiva da população, o que não só favorece a violação de direitos humanos, mas, também, reforça o afastamento da população do seu direito de pensar seu território. Esse afastamento contribui para o que aqui denominamos de *analfabetismo territorial*, afetando boa parte da população que vê os principais desafios das cidades sob uma *ótica míope*, como, também, os técnicos e as técnicas de prefeituras que atuam na execução do planejamento. Resta, ainda, ao corpo técnico das prefeituras – que atuam na execução do planejamento do qual não fez parte da elaboração (quer seja na dimensão urbana, ambiental, habitacional, de mobilidade ou de outras), cumprir com o que for necessário para a execução de orçamento em ações pontuais. Nesse contexto, não se questiona se o planejamento territorial virá de uma empresa ou de um conselho de desenvolvimento, cabendo somente às municipalidades reforçar a sua capacidade de executar ou facilitar a implantação de tais intervenções no território.

Além da terceirização do planejamento, prejudicial à apropriação do território por todos e todas, um último ponto chama a atenção na Região Trinacional: a substituição do planejamento territorial direcionada às demandas regionais por intervenções territoriais que se amoldem aos financiamentos disponíveis. Esse processo quase sempre se desdobra nas seguintes etapas:





1. busca de recursos disponíveis, independentemente de estarem relacionados ou não com as necessidades locais mais prementes, sem um plano norteador para a sua captação;
2. elaboração de estudos que justifiquem as demandas locais ao financiamento possível, mesmo que elas não sejam as principais necessidades do território;
3. recebimento dos recursos sem a estrutura necessária para executá-los, o que implica desde profissionais técnicos e técnicas até a disponibilidade de infraestrutura e de equipamentos;
4. execução do orçamento, sem a devida consideração de seus impactos, para não haver a devolução de recursos.

Esse processo gera um ciclo de obras sem planos e, também, de planos sem obras, situação apresentada por Maricato e Rossi (2021) como sendo comum a diversas cidades, mas, em nossa análise, parece mais recorrente em pequenas e médias cidades interioranas e fronteiriças.

Vale sublinhar que, para a citada autora e o citado autor, a escolha das obras é dirigida por um “[...] lobby que é orientado pela captura das rendas imobiliárias ou fundiárias por meio do aumento do preço dos imóveis, e não pela necessidade da maior parte da população que sofre cotidianamente com a precariedade na moradia e na mobilidade” (MARICATO; ROSSI, 2021, s/p.).

Nesse contexto, diferente do que possa parecer, o planejamento territorial não fica em segundo plano, ele é estratégico. Em segundo plano, sim, ficam os processos participativos que deveriam construir o debate profundo sobre os desafios desses territórios e resultariam na elaboração de metas de curto, médio e longo prazo. A participação efetiva que se encontra ausente no processo de planejamento territorial tanto cumpriria a função de aproximar as políticas públicas da realidade local quanto estaria a serviço de um processo de educação cidadã com vistas à coconstrução das cidades.

O resultado desse conjunto de escolhas feitas ao longo da história quanto à condução do planejamento territorial na área de nosso estudo é o acometimento de múltiplas violências, centro de nossa atenção no próximo tópico.



## Áreas de pressão socioambiental na Região Trinacional do Iguaçu em função da condução do planejamento territorial

A Região Trinacional encontra-se em plena reestruturação urbana, ambiental e social, decorrente da implantação sobreposta de grandes projetos urbanos e de infraestrutura (ANGILELI *et al.*, 2021), pautada em múltiplos planos territoriais com diversas escalas de abrangência, isto é, planos diretores na escala municipal, planos de desenvolvimento urbano e econômico regional, promovidos pelos setores empresariais, bancos e outros agentes financiadores nas principais cidades da fronteira nos três países na escala da Região Trinacional, além de planos logísticos de escala continental desenvolvidos por ministérios de infraestrutura de diversos países latino-americanos. São diversas forças e interesses em diversas escalas de planejamento e investimento que, quando alinhados, desencadeiam processos rápidos e, assim, violentos de transformação.

Esse alinhamento de planos terceirizados de planejamento territorial tem funcionado para cumprimento de metas, em especial de investimentos no território. Evidenciam-se nos planos áreas potenciais para grandes operações urbanas, grandes projetos urbanos, modificações nos coeficientes de construção e uso do solo, apresentando-se como cartilhas de orientação para facilitar a entrada do capital nas cidades.

A presença de um planejamento territorial na Região Trinacional, direcionado por investidores, tem potencializado processos de expulsão de populações pobres de seus territórios, sejam essas comunidades apresentadas como favelas, ocupações urbanas, acampamentos rurais, quilombos ou aldeamentos indígenas.

Nos limites deste texto, elegemos os desafios de comunidades tradicionais, entendidas como “[...] grupos culturalmente diferenciados<sup>9</sup>, que possuem condições sociais, culturais e econômicas próprias, mantendo relações específicas com o território e com o meio ambiente no qual estão inseridos” (COSTA FILHO, 2018, p. 12), em meio à financeirização dos municípios. Essas comunidades não só enfrentam a

---

<sup>9</sup> De acordo com o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, em seu artigo 3º, § 1º, inciso I, concebe-se os povos e as comunidades tradicionais como sendo “os grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.



perda de sua moradia, seja ela formal ou informal, mas também são forçados a vivenciar o processo de desvinculação cultural com o lugar que ocupam de maneira particular. Para essas comunidades, o seu território se apresenta com um outro valor simbólico, isto é, como espaço necessário à reprodução cultural, social e econômica de sua forma de vida (BRASIL, 2007).

A rápida valorização imobiliária derivada da implantação de grandes projetos urbanos e de infraestrutura na Região Trinacional (ANGILELI *et al.*, 2021; ANGILELI *et al.*, 2022a; ANGILELI *et al.*, 2022b) alcança essas áreas tradicionais que por muito tempo não foram valorizadas pelo mercado imobiliário. Porém, diferentemente de favelas, ocupações e acampamentos<sup>10</sup>, essas comunidades tradicionais sofrem com ações que promovem o seu afastamento não só da moradia, mas de suas práticas culturais cotidianas, como frisamos anteriormente. Por vezes, ocorre um processo de expulsão silenciosa, velada, quando não exploratória. Isto porque, em alguns casos, não só a terra ocupada é elemento de disputa, mas a identidade cultural atribuída aos povos que a compõem. Ou seja, o povo precisa sair, mas sua identidade precisa permanecer ali marcada, já que pode agregar valor aos empreendimentos. Desse modo, o que se verifica é um processo violento de desterritorialização cultural e reterritorialização comercial, necessário à construção de cenários e paisagens a serem consumidas.

Para ilustrar essa forma de condução do planejamento territorial na Região, que é alvo deste estudo, e as injustiças socioambientais dela resultantes, apresentaremos um estudo de caso de Puerto Iguazú com comunidades indígenas.

### Puerto Iguazú

A cidade localizada na Província de Misiones, na Argentina, é conhecida pelas Cataratas do Iguazu, um dos principais atrativos turísticos naturais do mundo. O turismo é a principal atividade econômica da cidade e uma das principais fontes de ingresso na província.

Em 2004, por meio do Decreto nº 1628/04, deu-se início à execução do *Plan Maestro* com a finalidade de atualizar as políticas estratégicas integrais que promovem o desenvolvimento de empreendimentos turísticos, culturais e ambientais na área "Iguazu – Cataratas". Além de fomentar as atividades econômicas em resposta

---

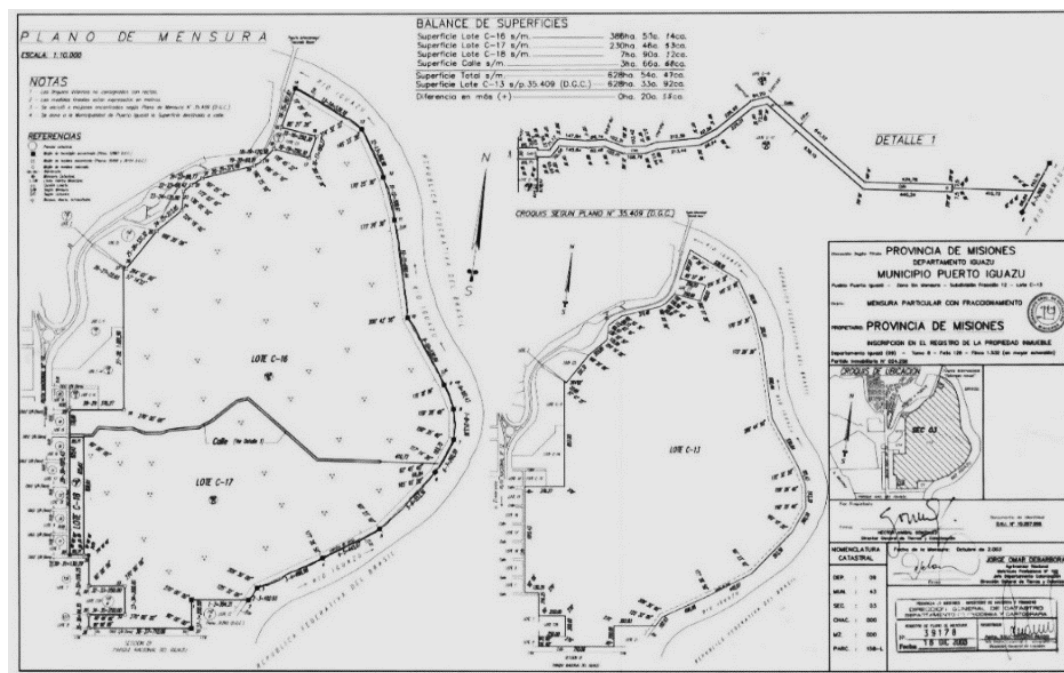
<sup>10</sup> É importante que se diga que áreas populares em geral não são consideradas tradicionais e também vivenciam a situação de despejos forçados.



às demandas crescentes dos visitantes e das visitantes de Puerto Iguazú e da Região, o plano enfoca o ordenamento e a orientação do desenvolvimento dos empreendimentos nessa importante zona do município, ainda não urbanizada<sup>11</sup>.

Essa área denominada 600 hectares, demonstrada na figura 2, foi destinada, em parte, a projetos de desenvolvimento turístico<sup>12</sup>, sendo demarcada: i) ao norte, pelo acesso à Ponte Internacional Tancredo Neves e pelo Rio Iguazu; ii) à sudeste, pelo Parque Nacional do Iguazu; iii) à sudoeste, pelo córrego Mbocay e a zona de chácaras; iv) à oeste, pela zona de hotéis da Rota Nacional nº 12; v) ao sul, pelo Parque Nacional do Iguazu.

Figura 2. Mapa da área denominada 600 hectares



Fonte: Gobierno de la Provincia de Misiones (2003).

Vale destacar que, anteriormente a esse plano de zoneamento, a Lei Provincial nº 4.098/04 havia garantido à comunidade guarani Iryapú cerca de 265 hectares dos 600 hectares originais, declarando-os *Reserva Natural e Cultural*. Até esse momento, a comunidade Iryapú era a única comunidade mbya que ocupava esse espaço.

<sup>11</sup> Conforme trabalhos de Yasnikowski (2014; 2016).

<sup>12</sup> Os 600 hectares da “Selva Iryapú” abrigam empreendimentos turísticos em sua maioria, com exceção do atribuído à Polícia Provincial, ao Espaço Verde Municipal, entre outros.



## Educar para planejar e planejar para educar: o caso da Região Trinacional do Iguazu

Cecilia Maria de Moraes Machado Angileli, Solange Bonomo Assumpção, Lila Patricia Voeffrey, Thais Oliveira, Hel Graf

Avançando na linha do tempo, em 2022, a área já se encontra ocupada por outras três comunidades – Yasi Porá, Tupá Mbae e Itá Poty Miri –, sendo as duas últimas localizadas fora dos 265 hectares originalmente designados para a população originária.

Figura 3. Portal de entrada da reserva e a identificação no território das comunidades indígenas



Fonte: Acervo de Voeffrey (2022).

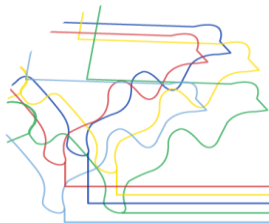
Em face desse contexto, é importante ter-se clareza de que, em conversa com membros da referida comunidade, embora haja o reconhecimento do acordo celebrado por seus líderes com o governo da Província no passado, a cosmovisão Mbya não contempla as demarcações da propriedade privada e da terra, pois esta última é considerada um bem comum para eles. Além disso, do ponto de vista técnico, o título de propriedade garantido pelo governo da província corresponde a uma única comunidade, isto é, a Iryapú.

Outro ponto que merece atenção quanto ao *Plan Maestro* é a sua ênfase no desenvolvimento do setor denominado “600 hectares e entorno”, orientado pelo uso e pela distribuição do solo para edificações que preservem as condições ambientais, cuidando dos recursos naturais, respeitando a paisagem e a preservação da flora e fauna da Região. Essa orientação também se expande para as demais áreas como o transporte, a segurança, a infraestrutura, os serviços gerais da municipalidade de Puerto Iguazú, assim como as áreas que competem à Província de Misiones.

O *Plan Maestro* subdivide o terreno de 600 hectares em zonas, conforme figura 3, a saber:

- Zona 1, destinada: i) ao uso social, cultural e desportivo, recreação e lazer e atividades complementares ao turismo; ii) à realização de eventos de grande

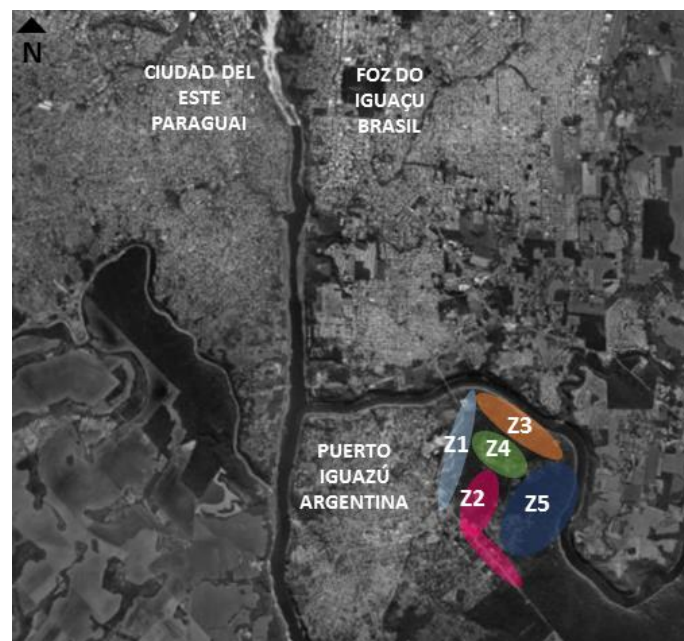




apelo e concentração de público de fácil e direta acessibilidade, com exigências de grandes espaços; iii) a obras de grande importância; iv) a estacionamentos e serviços. Ela funciona como complemento ao centro social e comercial de Puerto Iguazú;

- Zona 2, localização de hotéis de 3 e 4 estrelas e de outros empreendimentos de hospedagem, recreação e entretenimento turístico adequados ao ambiente natural;
- Zona 3, determinada para o estabelecimento de hotéis de 4 e 5 estrelas e demais empreendimentos de alojamento, lazer e animação turística diretamente ligados ao meio natural;
- Zona 4, área restrita a atividades ecoturísticas e campo de golfe;
- Zona 5, área protegida da paisagem natural e cultural, estabelecida como reserva natural e cultural indígena Guarani. São desenvolvidas atividades turísticas em contato máximo com a natureza. Sua utilização é definida pelo Plano de Manejo estabelecido pela Lei Provincial nº 4.098/04 (ARGENTINA, 2004).

Figura 4. Mapa esquemático do zoneamento da área de 600 hectares em Puerto Iguazú



Fonte: Elaboração de Angileli (2022), utilizando o Google Earth 2022 e a base de dados do zoneamento do Plan Maestro para el Desarrollo Turístico de Puerto Iguazú (2004).





## Educar para planejar e planejar para educar: o caso da Região Trinacional do Iguazu

Cecilia Maria de Moraes Machado Angileli, Solange Bonomo Assumpção, Lila Patricia Voeffrey, Thais Oliveira, Hel Graf

Em cada uma das citadas zonas encontra-se especificada a porcentagem da área que pode ser ocupada e a quantidade que deve estar livre, assim como a área em que podem ser construídos edifícios e as normas que regem o transporte de carga público e privado, na clara intenção de controlar a contaminação sonora e ambiental.

Em 2005, a pedido do Governo de Misiones, foi desenvolvido um Plano Diretor de investimentos turísticos e hoteleiros para essa área, com enfoque naquela destinada ao desenvolvimento de iniciativas e investimentos turísticos. Esse plano propunha a atração de investidores que precisavam apresentar um projeto de acordo com o estipulado em termos construtivos e ambientais.

Figura 5. Croqui do *Plano de Mensura* da zona conhecida como *Master Plan de Inversiones para Selva Yriapú* 600 ha (2005), elaborado por uma consultoria



Fonte: DOOR Gestión de Proyectos (2005).

Em 2022, em um estudo de campo realizado por uma equipe de pesquisa, observou-se que a grande maioria dos empreendimentos projetados nesse esboço de 2005, isto é, cerca de 80%, já estavam em funcionamento ou em processo construtivo



avançado. Algumas exceções são o campo de golfe e o hotel Hilton, propostos nas zonas 4 e 5, paralisados há uma década, em função de um histórico de conflitos com as comunidades originárias pela ocupação territorial<sup>13</sup>.

No que se refere às quatro comunidades mbya antes mencionadas, duas estão mais bem assistidas, com escola, pronto-socorro e alguns espaços comunitários; as duas outras ainda se encontram sem condições básicas de infraestrutura.

Deve-se sublinhar que esse plano, com o objetivo de atração de investidores para o território, fruto de consultoria externa pouco afeita ao histórico da Região, reforçou conflitos de uso entre as comunidades indígenas e os grandes empreendimentos turísticos<sup>14</sup>. É o caso do acesso à água, desgaste originado pelo fato de o local do assentamento das comunidades Mbya não contar com cursos d'água para captação. Recentemente, as comunidades conseguiram, de forma privada ou por meio de esforços governamentais, perfurações subterrâneas para o abastecimento de água e equipamentos de bombeamento, no entanto, o maquinário mostrou-se pouco eficiente devido à instabilidade do fornecimento local de energia elétrica.

Para gerir as ocorrências na área, previu-se no *Plan Integral de las 600 hectáreas* (2004) a criação da Fundação Selva Iryapú, que deveria ser composta por representantes dos empreendimentos realizados na área, funcionando como um “consórcio” para o planejamento e a resolução de problemas comuns, bem como a articulação entre os diversos atores implicados. Essa Fundação foi constituída com a participação efetiva de poucos empreendimentos e não foi planejada na mesma representação da comunidade Guarani.

Algumas empresas situadas no setor 600 hectares e que formam parte da Fundação Selva Iryapú realizam ações individuais ou conjuntas junto às comunidades mbya, sendo a maioria ações pontuais e voltadas para o bem-estar.

Ao longo do tempo, desde o início da efetivação do mencionado plano, foram realizadas obras de infraestrutura na área para favorecer os investimentos previstos,

---

<sup>13</sup> Esses conflitos foram amplamente divulgados na imprensa local entre os anos de 2011 e 2015.

<sup>14</sup> Esse foi apenas um dos diversos planos desenvolvidos para a Região ao longo dos anos. Foram diversas as propostas sobrepostas advindas de diferentes agentes públicos e privados: o Plano de Ordenamento Urbano e Projeto de Centro Turístico de Puerto Iguazú (1990), o Plano Integral da área 600 hectares (2000), o Plano Mestre de Desenvolvimento Turístico de Puerto Iguazú (2004), o Plano de Investimentos para Selva Iryapú (2005), o Plano Mestre Propositivo para a cidade de Puerto Iguazú (2008) e o Plano Integral de Desenvolvimento Sustentável em Puerto Iguazú (2019), ainda não concluído.



entre as quais se destacam a rede de esgoto, o asfalto, as linhas de energia com subestação e a prestação de serviços de telefonia e internet<sup>15</sup>. Porém, apenas alguns desses serviços estão disponíveis para a zona ocupada pelas comunidades originárias.

Ao serem perguntadas, em 2022, sobre seus principais problemas, essas comunidades enfatizaram:

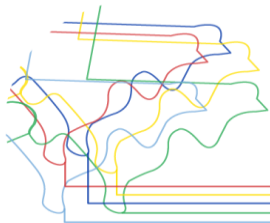
- não reconhecimento de um território próprio que considere o aumento das comunidades que, em 10 anos, triplicaram sua população;
- a falta de abastecimento de água potável e de outros serviços públicos de modo suficiente, como a coleta de lixo e a iluminação;
- a inadequação das estradas ao trânsito diário, ao deslocamento de mais de 3.000 pessoas (entre turistas, funcionários de empresas e moradores das comunidades Mbya) e à capacidade de carga de uma área protegida;
- a existência de ocupações de alguns terrenos para habitação ou a realização de empreendimentos não autorizados;
- a falta de controle sobre a exploração madeireira e de outras ações dos hotéis em relação ao cumprimento das diretrizes socioambientais do *Plan Integral de las 600 hectáreas* e de seus impactos.

Nesse cenário, ainda que brevemente descrito, pode-se depreender que essa forma de conceber e conduzir o planejamento territorial – no caso em tela, por agentes externos e sem a participação efetiva da população, visando a potencializar o turismo –, colocou em disputa a posse e o uso da terra entre atores sociais desiguais, impingindo a sobrevivência da Comunidade Mbya às demandas da atividade turística, basicamente pela venda de artesanato, da exposição de cantos e danças, entre outras atividades afins. Em outras palavras, as comunidades indígenas e sua cultura tornam-se parte do turismo – como uma mercadoria do ecoturismo – em meio às estruturas hoteleiras de grande porte, sendo submetidas a inúmeras formas de pressão e violência.

A alternativa a essa forma de condução, segundo nossa hipótese de trabalho, é a canalização de esforços de toda sociedade, especialmente dos gestores e das gestoras,

---

<sup>15</sup> Não se pode deixar de mencionar que muitos desses serviços também não são comuns ao restante da cidade de Puerto Iguazú, o que coloca em relevo o peso dado aos negócios em detrimento do bem-estar da população como um todo.



para ações de educação para o planejamento territorial sustentável e inclusivo, tema abordado na seção que segue.

## **Educar para o planejamento territorial e planejar para educar**

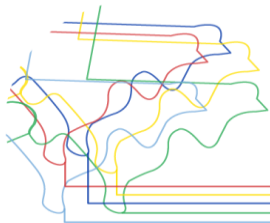
O analfabetismo como a condição da falta de instrução para ler e escrever é uma situação de exclusão. Significa, no mundo da cultura escrita, que pessoas não serão incluídas de forma digna em muitas atividades cotidianas, desde utilizar o transporte público, fazer compras, ler uma receita médica, entre outras situações. Esse processo ganha dimensões dramáticas quando pensamos que uma série de políticas, planos e projetos urbanos também demandam outras formas de alfabetização, seja para a leitura cartográfica, espacial, de políticas e de direitos e suas violações.

Na perspectiva de Freire (1963; 1967; 1991), a superação do analfabetismo – passagem da condição de pessoa não alfabetizada para alfabetizada – acontece não só pelo letramento, ou seja, pelo pleno exercício da leitura e da escrita nas diferentes práticas sociais, mas, também, por uma educação que promova a conscientização sobre o mundo, pela problematização da realidade. Desse modo, o reconhecimento das letras e palavras – seus sons, suas formas escritas e suas possibilidades de composição –, necessariamente, implica, em conjunto, a leitura crítica dos territórios em que se vive, instrumentalizando as pessoas para a busca de soluções justas, inclusivas e democráticas que contribuam para a transformação de sua realidade. Trata-se, portanto, de um processo pedagógico emancipatório e libertário (FREIRE; MARIÑO, 1989).

Em diálogo com essa reflexão, Maricato (2002) tece importantes considerações sobre as implicações do analfabetismo urbanístico, entendido por ela como sendo a incapacidade das pessoas – sejam elas profissionais da área ou não – de reconhecer a dimensão espacial, territorial ou ecológica e os conflitos que delas emergem. Para a pesquisadora, existe uma invisibilidade do universo urbano e uma ausência de dados rigorosos sobre as cidades e seus desafios, lacuna que abre espaço para teorias, propostas, planos e leis que não se aplicam à realidade. Esse analfabetismo, de acordo com Maricato (2002), passa por diversos setores: desde a academia, o Estado e a mídia até as pessoas que compõem e vivenciam as cidades, inclusive na sua face desigual.

Para superação desse quadro, debruçamo-nos sobre indagações que parecem ser úteis aos propósitos deste trabalho: É possível falar em alfabetização segundo uma perspectiva territorial? Há a possibilidade de construção de programas, projetos e





ações educacionais que tensionem a condução da forma atual de planejamento territorial na Região em estudo em prol de uma perspectiva sustentável e pautada na justiça socioambiental?

Sem querer reduzir os desafios apresentados ao longo deste texto sobre os passivos da presença de um planejamento territorial que depende de ideias importadas, parece-nos viável a defesa de que não só é possível a implementação de processos educativos para a problematização desses processos, como, também, para a intervenção sobre eles, em conformidade com os termos que serão aqui apresentados.

Na área de reflexão deste trabalho, em primeiro lugar, há de haver o reconhecimento das práticas de planejamento territorial de caráter “bancário”, termo este que remete à perspectiva freiriana de educação bancária: “[...] ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador, o depositante” (FREIRE, 2017, p. 80). Essa forma de conhecimento enfoca a doação e a transmissão de saberes por quem domina o conteúdo para ser recebido, de forma passiva, por quem o recebe. Por analogia à educação bancária, o planejamento territorial bancário – fruto de consultorias, tutorias nacionais ou internacionais ou ainda doações de planos, projetos e obras – é concebido como prática em que não há espaço para a reflexão, a construção solidária e colaborativa de conhecimento, a criatividade e a transformação das cidades a partir do território e de sua gente.

O segundo importante passo na direção da resposta às questões acima lançadas é a superação da ideia de que os territórios podem ser “espaços vazios” de cultura e conhecimento. Mesmo que sejam recentes as discussões científicas atinentes à área de planejamento territorial na Região Trinacional e que os espaços acadêmicos promotores desses debates estejam em processo de consolidação e reconhecimento, não há como negar ou desconsiderar o fato de que pessoas e comunidades – em especial, as tradicionais –, sem conhecer instrumentos urbanos e políticas públicas, muitas vezes, têm promovido a organização e o planejamento de seus espaços. Ao assumi-lo como verdadeiro, entende-se que qualquer ação de planejamento que reforce a dependência intelectual de grupos alheios a esse território nega diretamente esse espaço como construtor potencial de conhecimentos científicos e de saberes populares.

O terceiro ponto a considerar diz respeito aos obstáculos que desfavorecem a vinculação entre a dimensão educacional e o processo de planejamento territorial na Região Trinacional. Os principais estão dispostos no quadro abaixo.



### Quadro 1. Educação e Planejamento Territorial na Região Trinacional

Obstáculos	Detalhamento
Número reduzido de instituições de ensino na área de planejamento territorial	São poucos os cursos que enfatizam os debates, de caráter teórico e propositivo, relativos ao planejamento urbano, regional e territorial. Os cursos existentes são novos, em fase de consolidação de sua estrutura e ainda se projetando como espaços de referência científica na temática em foco.
Poucas oportunidades de trabalho para jovens planejadores e jovens planejadoras	Os egressos e as egressas dos cursos de Arquitetura e Urbanismo que optam pelas temáticas dos desafios de cidades não encontram colocação profissional na área de planejamento territorial, em especial na esfera pública, ou mesmo em assessorias técnicas de Arquitetura e Urbanismo (ATHIS), já que os planos e projetos para as cidades, em boa medida, são elaborados por consultorias externas. Resta a esse grupo a atuação em escritórios de Arquitetura para desenvolver projetos de edificação de alto padrão e design de interiores. Para muitos e muitas, a única possibilidade de permanecerem na área de planejamento territorial é direcionar seu interesse para processos consecutivos de formação acadêmica, em nível de pós-graduação, porém mantendo-se distante da prática.
Formação exógena	As formações técnico-científicas que abordam o planejamento das cidades na Região, notadamente composta por cidades pequenas e médias, interioranas e fronteiriças, em grande parte são pouco críticas e reproduzem modelos urbanocentrados. Ao deixarem de lado as especificidades da paisagem fronteiriça, essas trajetórias formativas contribuem para que os egressos e as egressas adotem uma perspectiva alheia à realidade local.
Priorização de alguns eixos de formação em planejamento	Parte dos cursos de planejamento e desenvolvimento regional são influenciados pelas demandas do agronegócio, que se destaca na economia da Região, ficando a temática da sustentabilidade territorial reduzida, muitas vezes, aos cursos das áreas de ciências ambientais ou abordada em carga horária pouco significativa em alguns cursos de Arquitetura e Urbanismo.
Ausência de formação inclusiva para o planejamento das cidades	Fora das instituições de Educação Superior, poucas são as ofertas de ações formativas para o planejamento territorial crítico, inclusivo e sustentável.

Fonte: Elaboração das autoras, a partir das pesquisas e estudos realizados.

Desse panorama, pode-se concluir que, na Região Trinacional, há poucos espaços de educação implicados na formação de profissionais para pensar, de maneira crítica, o futuro desse território a partir de uma perspectiva sustentável, resiliente e compartilhada com a sociedade. Ademais, quando concluem seus estudos universitários, não encontram oportunidades de trabalho nas cidades da Região.





O quarto passo nesse processo de revisão de rota corresponde ao estudo e à implementação de outras perspectivas de planejamento que não sejam exógenas, razão que nos leva a apresentar algumas práticas que valorizam os territórios como estruturas educadoras e sua população como potenciais coprodutores de soluções territoriais e de processos alfabetizadores libertários e emancipadores.

### A potência da alfabetização territorial

Processos educacionais que tenham como cerne a alfabetização territorial contribuem diretamente para que as pessoas envolvidas pensem a cidade em um movimento de cidadania ativa a partir do lugar em que habitam. Todos os agentes e todas as agentes do território, no exercício dessa cidadania, podem contribuir para que a cidade seja segura, digna e propícia para que seus habitantes possam morar, trabalhar, transitar e desfrutar.

Para que isso seja possível, a ampla participação no desenho de estratégias para o enfrentamento de crises sociais, ambientais e políticas é condição essencial, o que se faz repensando dinâmicas e reinventando regras para a vida na cidade (INSTITUTO A CIDADE PRECISA DE VOCÊ; ESCOLA SEM MUROS, 2019).

A defesa da ação de educar para planejar não é nova, pois várias são as iniciativas que unem urbanistas, educadores e educadoras<sup>16</sup> em torno de, pelo menos, dois pontos basilares: i) a compreensão de que a cidade pertence a todas as pessoas; ii) as pessoas podem participar de forma direta ou representativa da elaboração, da definição e da fiscalização da implementação de políticas públicas (RIBEIRO FILHO; PEREIRA DE DEUS; SILVA, 2011, p. 2).

Os arranjos dessa alfabetização territorial são diversos, podendo envolver universidades, escolas de Educação Básica, assessorias técnicas de habitação de interesse social (ATHIS), terceiro setor, gestão pública, movimentos sociais, coletivos de arquitetura, entre outros e outras agentes.

Em meio a esse conjunto de atores, de início, destacamos o papel da universidade pública por seu potencial agregador que transita entre coletivos, poder público, ONGs, movimentos sociais e assessorias. Ela constitui espaço que congrega uma série de processos educadores de formação crítica na abordagem do território:

---

<sup>16</sup> Na década de 1990, em Barcelona, foi criada a *Associação Internacional de Cidades Educadoras* que congrega cidades da Europa e da América, e cada vez mais cidades se associam buscando o ideal de educar pela cidade (RIBEIRO FILHO; PEREIRA DE DEUS; SILVA, 2011, p. 2).



- no ensino de graduação e pós-graduação, com ênfase na formação que privilegia áreas do conhecimento importantes, como a Arquitetura e o Urbanismo, o Planejamento urbano e regional, a Geografia, a Economia, entre outros;
- nas ações extensionistas e nos laboratórios universitários que incluem nesse processo educativo diversas pessoas de várias faixas etárias, de crianças a pessoas idosas, e que não fazem parte da academia, ratificando a asserção de Lefebvre (2008, p. 138) de que o conhecimento técnico, teórico não basta por si só: “A realização da sociedade urbana exige a planificação orientada para as necessidades sociais, as necessidades da sociedade urbana. Ela necessita de uma ciência da cidade (das relações e correlações na vida urbana)”.

A potência da ciência da cidade incorpora a prática social e a política, para além da teoria (COSTA; NEDER, 2018, p. 13), que podem ser exemplificadas pelo Laboratório Periférico da Universidade de Brasília (UNB), pelo Laboratório Praxis da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Laboratório de Justiça Ambiental da Universidade Federal do ABC (UFABC) e Laboratório de Habitação da Universidade de São Paulo (FAUUSP)<sup>17</sup>. Esses são apenas alguns dos muitos exemplos de laboratórios que têm as práticas participativas de grande potencial formativo como fundamento, pois concebem a fusão de saberes técnicos e populares como caminho para a promoção de soluções para as cidades. Deve-se assinalar, no entanto, que esses laboratórios estão localizados em tradicionais centros de conhecimento, em regiões metropolitanas, e gozam de reconhecimento pelo conhecimento produzido.

Por fim, cabe enfatizar a existência de outros trabalhos participativos, colaborativos e solidários que reconhecem os territórios como espaços educadores. A esse respeito, em 2019, no *Seminário Internacional de Arquitetura para Autonomia: ativando territórios educadores*<sup>18</sup>, além de relevantes reflexões sobre essa pauta<sup>19</sup>, foi

---

<sup>17</sup> Para conhecer mais detidamente as atividades desses laboratórios, consulte: <https://www.perifericounb.com/>, <https://praxis.arq.ufmg.br/>, <https://labjuta.com.br/> e <https://labhab.fau.usp.br/>.

<sup>18</sup> Por territórios educadores entende-se “espaços ativados por comunidades que se expandem para além dos seus muros físicos: espaços abertos, com um compromisso social, que, através da necessidade, fazem emergir a criatividade e originalidade para pensar soluções e formas de organização autônomas. Espaços que, no tempo, tornam-se lugares praticados, onde se dá a construção física, mas, também e principalmente, uma construção simbólica, de pertencimento, identidade, de luta pelo direito a outras formas de existência” (INSTITUTO A CIDADE PRECISA DE VOCÊ; ESCOLA SEM MUROS, 2019, p. 39).



## Educar para planejar e planejar para educar: o caso da Região Trinacional do Iguaçu

Cecilia Maria de Moraes Machado Angileli, Solange Bonomo Assumpção, Lila Patricia Voeffrey, Thais Oliveira, Hel Graf

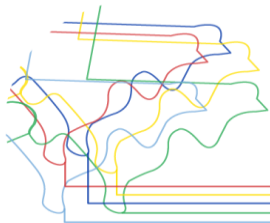
possível mapear diferentes experiências de planejamento e projetos ativados por comunidades educadoras, conforme se apresenta na figura seguinte.

Figura 6. Mapeamento de territórios educadores na América Latina



Fonte: A Cidade Precisa de Você e Escola sem Muros (2019, p. 43).

<sup>19</sup> Citamos algumas das questões mobilizadoras dos debates entre os participantes e as participantes do evento: i) Quem são as pessoas arquitetas e urbanistas que estão imaginando e construindo o mundo em que queremos viver?; ii) Quais modos de produção, materiais, modos de relação e reprodução social são praticados por movimentos sociais e apontam caminhos de futuros possíveis, inclusivos, diversos, justos e ecológicos; iii) Como desenhar novas estratégias de construção da cidade com as comunidades locais e a partir dos territórios em que estão inseridas, por meio de políticas públicas de participação direta, além de modos de produção mais horizontais, colaborativos e situados? (INSTITUTO A CIDADE PRECISA DE VOCÊ; ESCOLA SEM MUROS, 2019, p. 19).



Ainda que seja um registro cartográfico que não dimensiona todas as iniciativas existentes, nele se antevê que essas importantes ações se concentram junto a grandes centros urbanos e regiões metropolitanas. Nossa hipótese é de que essa representação concentrada pode estar relacionada aos espaços centrais tradicionais universitários que funcionam como pontos conectores dessas experiências nesses territórios metropolitanos. A partir dessa conexão potencial, os trabalhos avançam e consolidam práticas solidárias e colaborativas entre si, formando uma rede de ação muito frutífera.

Em regiões interioranas também se verificam iniciativas de construção colaborativa de conhecimento sobre as cidades, como é o caso da *Escola Popular de Planejamento da Cidade* (EPPC, 2017), na Região Trinacional do Iguaçu. Trata-se de um projeto extensionista da Universidade Federal da Integração Latino-Americana que atuou em mais de 10 comunidades vulneráveis a remoções forçadas de moradia. O trabalho que articula ensino-pesquisa-extensão promoveu uma série de estudos colaborativos de investigação da realidade dessas comunidades e ações de defesa de direitos humanos, com vistas à organização de planos alternativos às remoções. Em sete anos de trabalho, em um território em plena reestruturação urbana decorrente da implantação de grandes projetos urbanos e de infraestrutura, mais de 400 estudantes voluntários e estudantes voluntárias da América Latina participaram dos trabalhos e mais de 6 mil pessoas ganharam o direito de permanecer em suas comunidades.

A despeito da importância do movimento de *planejar para educar e educar para planejar* nos espaços interioranos e do mapeamento de seus territórios educadores – a exemplo do que foi realizado no mencionado seminário, com vistas ao seu fortalecimento, em rede –, é preciso ressaltar que essas ações educativo-colaborativas, diferentemente do que ocorre nas regiões centrais, enfrentam a escassez de recursos, justamente por estarem fora do eixo de investimento de educação e pesquisa, e são tensionadas pelos agentes e pelas agentes líderes desses territórios. Desse modo, os embates com o poder local associados à invisibilidade das agências de fomento reforçam a importância da criação e manutenção de projetos de alfabetização territorial nessas regiões.



## A alfabetização territorial como prática educacional para todas as pessoas e em todos os espaços da cidade

A compreensão dos desafios, dos fluxos e das potencialidades das cidades interioranas e fronteiriças, assim como em outros contextos, segundo uma visão crítica em relação ao planejamento territorial e ao seu processo de implementação e de avaliação, implica o comprometimento, a participação, a tomada de decisão e o controle social sobre a gestão das cidades por parte de todos os agentes e todas as agentes do território. É o que se entende pelo conceito de *Cidade Educadora*, ou seja, instância em que

[...] a educação transcende as paredes da escola para impregnar toda a cidade. Uma educação para a cidadania, na qual todas as administrações assumem a sua responsabilidade na educação e na transformação da cidade num espaço de respeito pela vida<sup>20</sup> e pela diversidade (ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS, 2020, p. 4).

Essa não é uma tarefa fácil na Região Trinacional, em face: i) da maior concentração dos estudos, debates e ações nas/pelas estruturas universitárias, somados ao pouco tempo de suas instalações e à falta de investimentos massivos em pesquisas, programas e projetos atinentes, como destacamos anteriormente; ii) da cultura tradicional de atribuir a quase exclusividade do planejamento territorial a outrem – quer sejam a empresas de assessoria, quer sejam a gestores públicos, a gestoras públicas ou a lideranças instituídas, ainda que possam vir a representar o conjunto das pessoas da sociedade; iii) da complexidade das cidades, das tensões exercidas pelo poder estabelecido e dos projetos em disputa; iv) das especificidades da conurbação fronteiriça trinacional<sup>21</sup> que requerem o direcionamento e a integração de políticas comuns às cidades envolvidas para a promoção de condições de igualdade e de valorização da diversidade étnica, linguística, religiosa, simbólica e cultural, entre outras.

---

<sup>20</sup> O respeito pela vida em uma cidade educadora requer atenção aos direitos e às "necessidades materiais que permitam viver uma vida digna - alimentação, água, habitação, saneamento, energia, mobilidade, ambiente seguro e saudável" (ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS, 2020, p.15), observando os limites de cada ecossistema.

<sup>21</sup> A esse respeito, Marchi (2022, p. 62) frisa a demanda por "[...] estruturas de governança capazes de lidar com a complexidade e especificidade destas regiões (LUNDQUIST; TRIPPL, 2013), [que], em geral se caracterizam por assimetrias e complementaridades, bem como, por obstáculos e conexões (CLEMENT, 2001)" (inserção nossa).



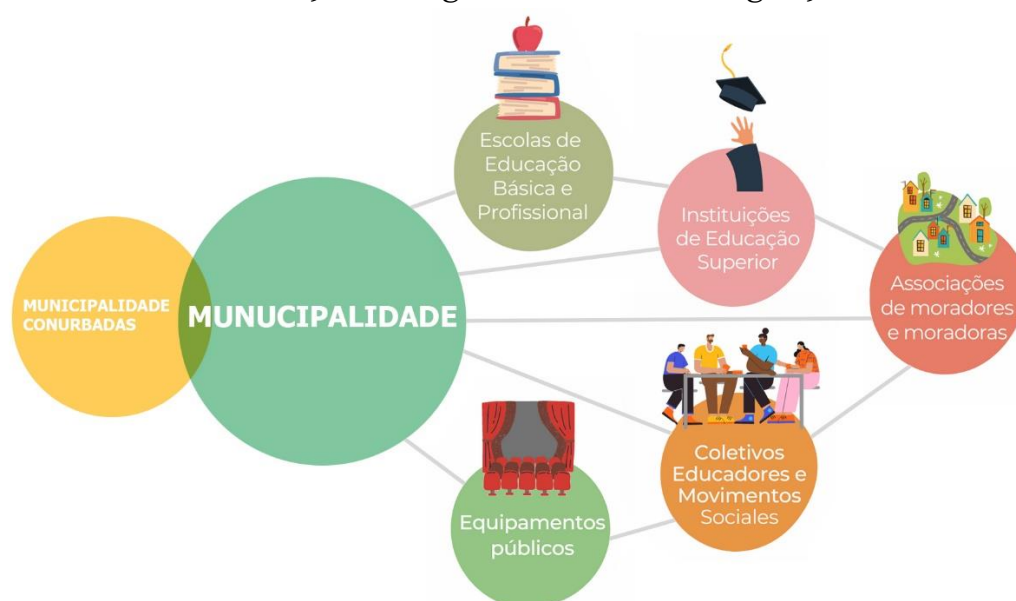
Dentre essas políticas de integração, nos limites deste estudo, sobrelevamos as intervenções educativas que assumem a educação na/pela/para as cidades pelo seu potencial de favorecer

[...] aos seus destinatários a possibilidade de combinar dialeticamente três imagens da cidade: a imagem subjetiva que cada uma forma espontaneamente de seu ambiente; outra imagem mais objetiva, global e profunda do que as próprias instituições educacionais devem contribuir para configurar a partir da anterior; e uma terceira imagem que é a imagem da cidade a ser construída; isto é, uma imagem forjada com os materiais do desejo (talvez até mesmo utópicos) que podem ser contrastados com a realidade atual e assim guiar a participação para construir uma cidade melhor e mais educativa para todos (BERNET, 1997, p. 34).

Essas intervenções educativas propiciam o surgimento de territórios educadores em toda a cidade. Neles se aprende sobre a cidade e também se produz conhecimento sobre ela mesma (BERNET, 1997), o que representa um avanço na direção da constituição de cidades educadoras.

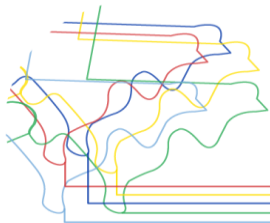
Na Região Trinacional, vislumbram-se as seguintes instâncias promotoras dessas intervenções educativas:

Figura 7. Principais espaços de emergência de territórios educadores nas cidades fronteiriças da Região Trinacional do Iguaçu



Fonte: Elaboração de Assumpção (2022).





A respeito dessas instâncias, tecemos algumas considerações, cientes de que não esgotam todas as possibilidades de atuação no plano da alfabetização territorial.

### *Escolas de Educação Básica, Técnica e Profissional*

A rede formal de educação, em regime de colaboração entre as esferas públicas (municipal, estadual/provincial/departamental e federal/nacional), conforma espaços privilegiados para pensar o território, potencializando seu raio de ação transformadora para além dos muros das escolas, ou seja, fazendo chegar importantes reflexões, por meio dos estudantes, das estudantes, dos educadores e das educadoras, a diferentes famílias e comunidades.

Para isso, nas mais diferentes etapas do processo de escolarização (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e similares) e modalidades de ensino (Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação a Distância, entre outras definidas dos três países da Fronteira Trinacional), é necessário que sejam propostas ações diversas e sistemáticas, com diferentes níveis de complexidade e vínculo com a realidade local/regional, que encontrem no currículo escolar amparo para a alfabetização territorial.

No caso brasileiro, a Base Nacional Comum Curricular (MEC, 2018), a despeito das críticas que vêm sendo tecidas sobre o seu teor, dentre as 10 competências gerais da Educação Básica, tangenciam essa pauta de alguma forma:

Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo



## Educar para planejar e planejar para educar: o caso da Região Trinacional do Iguazu

Cecilia Maria de Moraes Machado Angileli, Solange Bonomo Assumpção, Lila Patricia Voeffrey, Thais Oliveira, Hel Graf

responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários (MEC, 2018, p. 9-10).

Com esse respaldo normativo, a partir da perspectiva crítica ora defendida, laboratórios, oficinas, cartilhas e jogos sérios, entre outras atividades e materiais especificamente preparados para esse fim, podem ser plenamente incorporados na dinâmica curricular escolar para dar vazão à alfabetização territorial.

Cabe, ainda, destacar que o investimento na educação formal é um grande desafio para as cidades conurbadas da Região, conforme asseveram Santana e outros autores (2022):

[Em Ciudad del Este] na fase final da adolescência, entre 15 e 19 anos, quase 28% evadiram do sistema de ensino formal, comprometendo a conclusão do processo de escolarização básica, requisito essencial à entrada na Educação Superior, como prevê o artigo 42 da Lei nº 1264, de 26 de maio de 1998... quase 70% dos jovens e das jovens entre 20 e 24 anos não prosseguem em seus estudos, assim como 88% entre 25 e 29 anos.

[Em Puerto Iguazú] o baixo percentual de conclusão do ensino secundário [pelos chefes de família, ou seja, e 15% a 25%], condição para a continuidade dos estudos na Educação Superior, como preconiza o artigo 30 da Lei nº 26.206/2006, reduz as possibilidades de emprego com maiores salários e melhores condições de trabalho.

[Em Foz do Iguazu] chama a atenção o fato de que 3.691 estudantes jovens e adultos encontram-se defasados em relação ao seu processo de escolarização – 62% não concluíram nem o Ensino Fundamental – e buscam resgatá-lo em classes de EJA (SANTANA *et al.*, 2022, p. 90) (inserções nossas).

No entanto, apesar de desafiadora, ao que tudo indica, a elevação da escolarização da população é uma variável importante na análise do desenvolvimento local/regional. Em recente estudo, Klein, Lima e Alves (2022), ao analisarem o estágio de desenvolvimento econômico dos municípios fronteiriços do Sul do Brasil, entre



2005 e 2015, a fim de estimar um Índice de Desenvolvimento Econômico Regional (IDER)<sup>22</sup>, constataram que as variáveis que influenciaram nos resultados foram:

[...] o desempenho do PIB, representando a produção; o desempenho no IDEB, representando a educação; a taxa de urbanização e o emprego, responsável pela seguridade social, o acesso a equipamentos e serviços urbanos e o aumento da renda da população, melhorando os níveis de desenvolvimento local e regional. Essas variáveis já indicam o foco de algumas políticas públicas, qual seja, o desenvolvimento humano. Maiores investimentos e ações focalizadas no desenvolvimento e no capital humano se fazem necessárias na Faixa de Fronteira, em especial no espaço trinacional (KLEIN *et al.*, 2022, p. 299).

### *Instituições de Educação Superior*

Em seção anterior, enfatizamos diferentes ações já realizadas pelas universidades e demais Instituições de Educação Superior (IES) no campo do planejamento territorial e, em alguma medida, na perspectiva da alfabetização territorial, a saber: i) formação em nível de graduação e pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*), ainda que a oferta não seja abundante; ii) pesquisas aplicadas; iii) ações de extensão; iv) eventos científicos; v) criação e manutenção de laboratórios e observatórios afeitos às pautas do território.

Em articulação ao tópico anterior, as IES precisam atentar para seu papel no debate em questão e nos compromissos que assumem com o território, quer seja na formação de docentes para a Educação Básica, quer seja para a formação de profissionais para o planejamento e para a gestão do território:

[...] os governos federal e estaduais têm compromisso com os municípios. Por outro lado, metas de ensino superior dizem respeito mais fortemente às esferas federal e estaduais, contudo, envolvem compromissos dos municípios, porque é no território municipal que os cursos serão oferecidos e onde os profissionais formados atuarão. Esse exemplo evidencia, inclusive, a vinculação da política de educação superior com as alternativas de desenvolvimento local e regional (MEC, 2014, p. 14).

---

<sup>22</sup> A pesquisadora e os pesquisadores partem do “[...] pressuposto de que para uma região alcançar o desenvolvimento econômico ela passa por estágios, que implicam em modificações sociais, políticas e econômicas” (KLEIN *et al.*, 2022, p. 286).



No entanto, para cumprir sua função social, na Região Trinacional, as IES, os gestores, as gestoras, os estudantes, as estudantes e suas famílias enfrentam inúmeras barreiras:

Os desafios da educação na fronteira se apresentam também nas mais diversas frentes. A educação é perpassada por questões relativas à operacionalização dos estudos no ir e vir pela fronteira, e por questões burocráticas e culturais que caracterizam a educação transfronteiriça.

Nesse sentido, a partir das entrevistas e da leitura de relatos de experiência, bem como outros estudos, identificamos pelo menos três grandes temáticas que agrupam os maiores desafios da região para a educação. Seriam elas: 1) o trânsito, ou mobilidade, de estudantes e educadores transfronteiriços pela fronteira; 2) a questão do multilinguismo nas salas de aula e 3) as dificuldades de compatibilização dos diferentes sistemas educacionais, expressas pelas limitações no reconhecimento de créditos e de diplomas e pelo ensino diferenciado de conteúdos semelhantes (OLIVEIRA *et al.*, 2022, p. 94).

Em nossa análise, somente uma forte articulação entre os países da Fronteira Trinacional do Iguaçu pode vencer, ponto a ponto, cada um desses entraves, o que não ocorrerá em um curto espaço de tempo.

### *Associações comunitárias fortalecidas e em rede*

A ampliação do número de associações comunitárias e afins, com aporte de recursos públicos, para sua (re)estruturação, quando for o caso, e o suporte para a organização de um leque de propostas de educação popular concernentes ao desenvolvimento territorial sustentável e de práticas culturais, esportivas e de lazer adequadas às comunidades podem representar uma ação decisiva para multiplicar os espaços de debates sobre problemas locais, da cidade como um todo e da região. Além disso, a consolidação de uma rede de representantes das associações comunitárias e afins, para ações formativas de liderança e de defesa de direitos, para a troca de experiências entre as comunidades e para a conjugação de esforços em prol de melhorias de sua condição de vida pode também significar avanços na ação participativa comunitária para o tensionamento de projetos em disputa no território, especialmente nas periferias, bem como para o acompanhamento e a avaliação do planejamento participativo e seus efeitos na vida dos moradores e das moradoras.



### *Coletivos Educadores e Movimentos Sociais*

Os Coletivos Educadores “[...] cumprem o papel de fazer uma ponte entre as políticas públicas e os grupos locais, de gente lutando pela qualidade ambiental e de vida” (MMA, 2007, p. 9), tendo em vista a construção de uma cidadania pautada na sustentabilidade, a começar pelos seus próprios territórios. Já os movimentos sociais, por resultarem de ações coletivas de grupos organizados da sociedade civil, pautam a defesa de direitos (à terra, à moradia digna, à educação, à equidade de gênero, ao reconhecimento da diversidade, à saúde de qualidade, entre outras), especialmente das pessoas mais vulnerabilizadas e invisibilizadas na sociedade.

A despeito de suas especificidades, em comum, são fundamentais para o levantamento de dados relativos às realidades locais/regionais a serem problematizadas; para a promoção de audiências públicas sobre temas de interesse da população, em conjunto com as associações de moradores e moradoras; para a organização de eventos mobilizadores e de formações que favoreçam uma visão crítica sobre o território; e, também, na resolução de conflitos, intervindo para que a negociação em curso resulte em eliminação e/ou redução de danos às pessoas e às áreas mais vulneráveis.

### *Equipamentos públicos comunitários*

A ocupação dos equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer e similares por todas as pessoas da cidade, para desfrutar de ofertas permanentes de programas e projetos culturais, recreativos, de recuperação da escolarização, de profissionalização, de inclusão digital, de atenção e de cuidados com a saúde, entre outras, observando a necessidade de ajustamento às diferenças de escolarização, idade, gênero etc., pode promover não somente a melhoria da qualidade de vida nas comunidades, mas, também, contribuir para a alfabetização territorial pelo sentimento de pertença aos múltiplos espaços da cidade. Quem pertence, cuida do que é seu.

Posto isto, parece razoável afirmar que muitos são os espaços habilitados para a alfabetização territorial na Região Trinacional, o que necessariamente se faz pela imersão na realidade das pessoas, de todos os segmentos, de cada uma das cidades conurbadas e nas conexões entre elas para que haja a transformação da forma de conceber e conduzir o planejamento territorial e a gestão das cidades.





## Considerações finais

Neste estudo, buscamos apresentar caminhos possíveis de serem trilhados para a atuação consciente de gestores, gestoras, técnicos, técnicas e a população de territórios interioranos fronteiriços, como é o caso da Região Trinacional do Iguazu (Brasil - Argentina - Paraguai), quanto ao planejamento territorial, segundo uma perspectiva sustentável e pautada na justiça socioambiental.

Trabalhamos com a hipótese de que o rompimento com as soluções territoriais alheias às demandas locais na Região Trinacional, nosso lócus de análise, quase sempre pensadas por agentes externos para outros contextos territoriais, necessariamente passa por ações de educação para o planejamento territorial.

Como pesquisa social aplicada, buscamos construir conhecimentos válidos sobre a realidade social, valendo-nos de diferentes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica de trabalhos publicados por autores e autoras de reconhecida importância no campo do Planejamento Territorial participativo; pesquisa documental, enfocando planos, projetos, relatórios, normativas, entre outros materiais, relacionados ao planejamento de cidades da Região Trinacional do Iguazu, tendo como estudo de caso a cidade de Puerto Iguazú; entrevistas orientadas e conversas informais com pessoas de comunidades vulneráveis de Puerto Iguazú; análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos, adequada a pesquisas orientadas por uma abordagem qualitativa.

Ao final deste estudo, concluímos que não basta a existência de processos participativos para alcançarmos outras formas de pensar e planejar as cidades. É necessário construir canais de participação e qualificar essa participação, pelo fortalecimento de instâncias educacionais e a consolidação de territórios educadores, o que confirma nossa hipótese de trabalho, a fim de que seja possível educar para outras formas de planejamento territorial baseadas no protagonismo das pessoas (técnicas ou não) que se assumem conscientes dos desafios de seu território.

Esse processo não é simples nem rápido, pois implica a apropriação de direitos, a leitura das cidades, reconhecendo seus potenciais e vulnerabilidades, o entendimento dos planos urbanos em suas diversas escalas, a compreensão dos investimentos pensados para os territórios com a identificação dos interesses, dos agentes envolvidos e das agentes envolvidas, a compreensão das reestruturações territoriais e seus impactos no cotidiano das cidades, em uma perspectiva transtemporal (curto, médio e longo prazo), entre outras questões.



Nos grandes centros urbanos, o processo de educação para o planejamento envolve universidades, coletivos, espaços de defesa de direitos, movimentos sociais, terceiro setor, entre outros. Já no interior fronteiriço, essa rede colaborativa e participativa para a via de mão dupla educar-planejar e planejar-educar encontra-se ainda em construção e carece de aportes do poder público e dos agentes e das agentes do próprio território trinacional. Sem uma participação qualificada, fomentada por processos de educação que incluem não somente as comunidades vulnerabilizadas, mas, também, as equipes técnicas das prefeituras e a própria academia, corre-se o risco de uma equivocada compreensão de que as violências e injustiças socioambientais decorrentes das grandes transformações no território serão compensadas, seja pela geração de emprego, pelo redesenho urbano ou mesmo pelo crescimento econômico sem justiça e equidade.

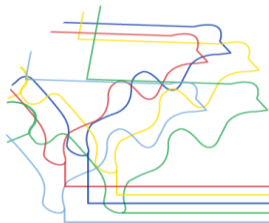
Em síntese, a riqueza do planejamento participativo não está só em seu produto final – o plano territorial em suas muitas escalas (plano diretor, plano ambiental, plano habitacional de interesse social, plano de ação, entre outros) –, mas, também, em seu processo de elaboração que, ao ser participativo, é educativo para todas as pessoas envolvidas. Nesse sentido, parece plausível reconhecer o potencial do planejamento territorial como ação educativa e a educação como ação de planejamento em territórios em plena transformação pelo capital, como é o caso da Região Trinacional do Iguaçu.

## Referências

ANGILELI, C. M. de M. M. Escola Popular de Planejamento da Cidade. In: **Observatório de Remoções 2015- 2017** - Relatório final de projeto. São Paulo: FAUUSP, 2017. ISBN: 978-85-8089-107-2.

ANGILELI, C. M. de M. M.; ASSUMPÇÃO, S. B.; ALVARADO, A. S.; OLIVEIRA, L. H. R. P. A. de; ORTELLADO, N. F. M. A cidade-mercadoria interiorana fronteiriça. **Projectare**, Pelotas, v. 1, p. 10-30, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Projectare/article/view/21505>. Acesso em: 14 jun. 2022.

ANGILELI, C. M. de M. M.; ASSUMPÇÃO, S. B.; GASPAR, L. G.; ORTELLADO, N. F. M.; ÁLVAREZ, J. B. B. Favelas da Fronteira Trinacional do Iguaçu. In: ASSUMPÇÃO, S. B.; ANGILELI, C. M. de M. M.; VOEFFREY, L. P.; LOBO, D. da (Orgs.). **Desenvolvimento Sustentável da Região Trinacional do Iguaçu: discursos, interfaces, disputas e conquistas**. Foz do Iguaçu: CLAEC, 2022a, p. 381-419.



## Educar para planejar e planejar para educar: o caso da Região Trinacional do Iguazu

Cecilia Maria de Moraes Machado Angileli, Solange Bonomo Assumpção, Lila Patricia Voeffrey, Thais Oliveira, Hel Graf

ANGILELI, C. M. de M. M.; ASSUMPÇÃO, S. B.; OLIVEIRA, T.; ÁLVAREZ, J. B. B.; BARDELÁS. A.; GRAF, H.; AVILES, M. U. Planejamento territorial sustentável para a Região Trinacional. In: ASSUMPÇÃO, S. B.; RODRIGUES, A. B.; KLAUCK, S. (Orgs.). **Região Trinacional do Iguazu: encontros, desafios e potencialidades para o Desenvolvimento Sustentável**. Foz do Iguazu: CLAEC, 2022b. p. 141- 174.

ARGENTINA. **Decreto nº 1628/04**. Aproba la normativa específica del Plan Maestro para el Desarrollo Turístico de Puerto Iguazú, y Plan Integral de las 600 hectáreas. Puerto Iguazú, Misiones, Argentina.

ARGENTINA. CAMARA DE REPRESENTANTES DE LA PROVINCIA DE MISIONES. **Ley Provincial nº 4098/04**. Disponível em: <http://www.diputadosmisiones.gov.ar/expedientes/docs/2003/sanciones/SA2972.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2020.

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS. **Carta das cidades educadoras**. 2020. Disponível em: [https://www.edcities.org/wp-content/uploads/2020/11/PT\\_Carta.pdf](https://www.edcities.org/wp-content/uploads/2020/11/PT_Carta.pdf). Acesso em: 03 mar. 2022.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. reimp. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. 43. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

BERNET, J. T. Ciudades educadoras: bases conceptuales. In: ZAINKO, M. A. S. (Org.). **Cidades Educadoras**. Curitiba: Editora da UFPR, 1997.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União**, 08 de fevereiro de 2007, p. 316. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm). Acesso em: 14 jul. 2022.

BREMAEKER, F. E. J. de; GONÇALVES, L. E. **A prática do orçamento participativo**. Rio de Janeiro: Observatório de Informações Municipais, fev. 2015. Disponível em: [http://www.oim.tmunicipal.org.br/abre\\_documento.cfm?arquivo=\\_repositorio/\\_oim/\\_documentos/18A48262-A71E-5677-17C37DF214185E4F18022015064138.pdf&i=2696](http://www.oim.tmunicipal.org.br/abre_documento.cfm?arquivo=_repositorio/_oim/_documentos/18A48262-A71E-5677-17C37DF214185E4F18022015064138.pdf&i=2696). Acesso em: 19 maio 2022.

COSTA FILHO, A.; MENDES, A. B. V. **Direitos dos povos e comunidades tradicionais**. Belo Horizonte: Ministério Público de Minas Gerais, 2018. Disponível em <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/Cartilha-Povos-tradicionais.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2022.

COSTA, G.; NEDER, P. O papel da educação em planejamento urbano para o processo de emancipação social: reflexões a partir do caso brasileiro. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA - Las Ciencias Sociales y la edificación de una sociedad post-capitalista, 15, 2018, Barcelona. **Anais [...]**. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2018.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. A pesquisa e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. *et al.* (Orgs.). **Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.



## Educar para planejar e planejar para educar: o caso da Região Trinacional do Iguaçu

Cecilia Maria de Moraes Machado Angileli, Solange Bonomo Assumpção, Lila Patricia Voeffrey, Thais Oliveira, Hel Graf

DOOR GESTION DE PROYECTOS. **Proyectos Selva Yriapu**. 2005. Disponível em: <https://www.door.com.ar/proyectos/selva-yriapu-600-ha/>. Acesso em: 17 jul. 2022.

FLICK, U. (Coord.). **Desenho da pesquisa qualitativa**. Tradução Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, P. Conscientização e alfabetização: uma nova visão do processo. **Estudos Universitários - Revista da Universidade do Recife**, n. 4, abr./jun. 1963. Disponível em: <http://www.acervo.paulofreire.org/handle/7891/3172>. Acesso em: 16 jul. 2022.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler** - em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez & Autores Associados, 1991.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FREIRE, P.; MARIÑO, G. **Cartas a los alfabetizadores**. Quito: CEDECO, 1989. Disponível em: <http://www.acervo.paulofreire.org/handle/7891/1413>. Acesso em: 16 jul. 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOBIERNO DE LA PROVINCIA DE MISIONES. DIRECCIÓN GENERAL DE CATASTRO DE LA PROVINCIA DE MISIONES. ARCHIVO OFICIAL. **Plano de Mensura de la zona conocida como 600 Ha**. 2003.

INSTITUTO A CIDADE PRECISA DE VOCÊ. ESCOLA SEM MUROS. **Arquitetura da Autonomia: ativando territórios educadores**. São Paulo: A Cidade Press, 2019. Disponível em: [https://www.causp.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/Arquitetura\\_Autonomia.pdf](https://www.causp.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/Arquitetura_Autonomia.pdf). Acesso em: 07 jul. 2022.

KLEIN, C. F.; LIMA, J. F. de; ALVES, L. R. Desenvolvimento econômico na faixa de Fronteira Sulbrasileira. In: ASSUMPÇÃO, S. B.; ANGILELI, C. M. de M. M.; VOEFFREY, L. P.; LOBO, D. da (Orgs.).

**Desenvolvimento Sustentável da Região Trinacional do Iguaçu: discursos, interfaces, disputas e conquistas**. Foz do Iguaçu: CLAEC, 2022, p. 283-301.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2008.

MARCHI, J. J. Organizações transfronteiriças e a governança para o desenvolvimento sustentável de regiões de fronteira. In: ASSUMPÇÃO, S. B.; ANGILELI, C. M. de M. M.; VOEFFREY, L. P.; LOBO, D. da (Orgs.). **Desenvolvimento Sustentável da Região Trinacional do Iguaçu: discursos, interfaces, disputas e conquistas**. Foz do Iguaçu: CLAEC, 2022, p. 62-86.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARICATO, E. Erradicar o analfabetismo urbanístico. **Revista FASE**, março de 2002. Disponível em: [https://erminiamaricato.files.wordpress.com/2012/03/maricato\\_analfabetismourbano.pdf](https://erminiamaricato.files.wordpress.com/2012/03/maricato_analfabetismourbano.pdf). Acesso em: 10 out. 2021.



## Educar para planejar e planejar para educar: o caso da Região Trinacional do Iguazu

Cecilia Maria de Moraes Machado Angileli, Solange Bonomo Assumpção, Lila Patricia Voeffrey, Thais Oliveira, Hel Graf

MARICATO, E.; ROSSI, P. R. O novo ataque cerrado às cidades brasileiras. **Brasil de Fato**, 04 de outubro de 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/10/04/artigo-o-novo-ataque-cerrado-as-cidades-brasileiras>. Acesso em: 10 out. 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO COM OS SISTEMAS DE ENSINO.

**Planejando a próxima década** - conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/ SASE), 2014. Disponível em: [https://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conhecendo\\_20\\_metas.pdf](https://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf). Acesso em: 17 jul. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/SEB/CNE, 2018.

Disponível em:

[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 20 jun. 2021.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E CIDADANIA AMBIENTAL. **Coletivos educadores para territórios sustentáveis**. Brasília: MMA, 2007.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4125089/mod\\_resource/content/1/Roque-Moraes\\_Analise%20de%20conteudo-1999.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4125089/mod_resource/content/1/Roque-Moraes_Analise%20de%20conteudo-1999.pdf). Acesso em: 21 fev. 2022.

OLIVEIRA, G. B. de; VIEIRA, G. O.; JAQUEIRA, M. M.; GHERLANDI, P. E. S.; MARTÍNEZ, V. R. de M. E. Desenvolvimento regional transfronteiriço: desafios da saúde e educação. In: ASSUMPÇÃO, S. B.; ANGILELI, C. M. de M. M.; VOEFFREY, L. P.; LOBO, D. da (Orgs.). **Desenvolvimento Sustentável da Região Trinacional do Iguazu**: discursos, interfaces, disputas e conquistas. Foz do Iguazu: CLAEC, 2022, p. 87-106.

PIQUET, R. **Cidade-empresa**: presença na paisagem urbana brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

RIBEIRO FILHO, G. B.; PEREIRA DE DEUS, M. A.; SILVA, M. S. da; ALBRECHT, C. F.; SOARES, J. M.; BRAZ, Z. L. Educação Urbana: construindo cidadania e sociabilidade em escolas municipais de Minas Gerais, Brasil. In: Congresso Ibroamericano de Extension Universitaria, 11, 2011, Santa Fé. **Anais [...]**. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2011.

SANTANA, J. de J. L.; VALLEJOS, J. E.; ASSUMPÇÃO, S. B.; ANGILELI, C. M. de M. M.; KLAUCK, S.; SANTOS, M. dos; JAQUEIRA, M. M. As particularidades da Região Trinacional a partir de sua gente: história, diversidade e identidade intercultural. In: ASSUMPÇÃO, S. B.; RODRIGUES, A. B.; KLAUCK, S. (Orgs.). **Região Trinacional do Iguazu**: encontros, desafios e potencialidades para o Desenvolvimento Sustentável. Foz do Iguazu: CLAEC, 2022. p. 66-98.

VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria – notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 75-103.

YASNIKOWSKI, J. P. Plan Integral de las 600 Hectáreas, Puerto Iguazú, Misiones, Argentina. **La Rivada - Revista de Investigaciones en Ciencias Sociales**, Posadas, v. 5, n. 8, p. 1-21, jul. 2016. Disponível em: <http://argos.fhycs.unam.edu.ar/handle/123456789/703>. Acesso em: 15 jul. 2022.





## Educar para planejar e planejar para educar: o caso da Região Trinacional do Iguazu

Cecilia Maria de Morais Machado Angileli, Solange Bonomo Assumpção, Lila Patricia Voeffrey, Thais Oliveira, Hel Graf

---

---

---

YASNIKOWSKI, J. P. **Desarrollo, crecimiento y turismo en el Centro Internacional Iguazú:** un aporte a las teorías de desarrollo local poscrisis 2001. 2014. Tesis (Maestría en Ciencias Sociales y Humanidad) - Universidad Nacional de Quilmes, Bernal, Argentina. Disponible en: <http://ridaa.unq.edu.ar/handle/20.500.11807/79>. Acceso em: 15 jul. 2022.